

Sinopse das deliberações da 132ª reunião ordinária, realizada em 31/08/2001

- 1) Considerando a situação na UFSCar frente ao movimento grevista dos servidores, o colegiado deliberou emitir uma moção conjunta dos Conselhos Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão manifestando-se favoráveis às reivindicações dos docentes e servidores técnico-administrativos das IFES, solicitando efetivas negociações com as entidades representativas dessas categorias para a rápida normalização das atividades acadêmicas. [Moção](#)
- 2) Foi também aprovada a elaboração de um documento para ser enviado à imprensa, explicitando a grave situação por que passam as IFES e as diferentes contribuições que as instituições têm feito para a comunidade. [Nota ConsUni sobre as IFES](#).
- 3) Ficou decidido, enquanto durar a greve, suspender as reuniões do colegiado e só discutir temas relacionados ao movimento de greve, se necessário.

Deliberações da 132ª reunião ordinária, realizada em 31/08/2001

MOÇÃO CONJUNTA DOS CONSELHOS UNIVERSITÁRIO E DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O Conselho Universitário e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de São Carlos, considerando o papel estratégico que desempenham as Universidades Públicas para o desenvolvimento do país e a grave situação porque passam as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), vem, por meio desta moção:

- Reafirmar sua atitude irrestrita e intransigente de defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade;
- Lamentar a prática usual, por parte do Governo Federal, de não cumprimento de acordos firmados com os servidores técnico-administrativos das IFES;
- Repudiar o tratamento que vem sendo dado pelo governo aos servidores públicos federais;
- Rejeitar os termos da Medida Provisória nº 2.150-42, de 24/08/2001, na medida em que além de não atender às reivindicações dos servidores técnico-administrativos traz conseqüências negativas a essa categoria;
- Defender a manutenção do Regime Jurídico Único para contratação de docentes e servidores técnico-administrativos das IFES, repudiando outras formas de relações trabalhistas que extingam direitos adquiridos ou que levem à precarização dessas relações;
- Posicionar-se de forma intransigente pela necessidade de abertura de concursos para o preenchimento de todos os cargos vagos nas IFES;
- Reafirmar a necessidade urgente de ampliação dos recursos destinados ao Sistema Federal de Ensino Superior visando a recuperação de sua infra-estrutura e o seu indispensável crescimento.

Finalmente, estes Conselhos, manifestando-se favoráveis às reivindicações dos docentes e servidores técnico-administrativos das IFES, reivindicam negociações efetivas com as entidades representativas dessas categorias, visando a rápida normalização das atividades acadêmicas.

São Carlos, 31 de agosto de 2001.

Prof. Dr. Oswaldo Baptista Duarte Filho
Presidente dos Conselhos Universitário
e de Ensino, Pesquisa e Extensão

Sobre as Instituições Federais de Ensino Superior

Dados são dados. Certamente carregam mais precisão do que opiniões, mesmo que estas estejam fundadas em larga experiência ou em longo, profundo e intenso estudo. Porém, os números escapam adquirem sentido apenas com a explicitação do seu contexto, cuja apresentação depende de escolhas e das comparações estabelecidas.

Preocupados, em um primeiro momento, com a falta de notícias nos principais veículos de comunicação sobre a paralisação das instituições federais de ensino superior (IFES) e sobre a grave situação que a gerou e, mais recentemente, com a forma com que dados sobre essas instituições vêm sendo divulgados, os membros do Conselho Universitário da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) vêm, neste texto, expor um outro lado da história. Não temos a pretensão de conseguir traçar um panorama completo e imparcial, mas partimos de um vínculo com a transparência e de um comprometimento com o ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Qualidade: mérito principal da Universidade Pública

Várias têm sido as manifestações denunciando a crítica situação atual do ensino superior público no Brasil. Na maior parte delas é demonstrado, como contraponto, que a universidade pública é responsável pelos melhores cursos de graduação e pós-graduação e pela quase totalidade da pesquisa científica e tecnológica, quaisquer que sejam os indicadores utilizados.

O documento “A presença da universidade pública”, elaborado pela Comissão de Defesa da Universidade Pública instituída junto ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e publicado em janeiro de 2000, nos dá alguns exemplos:

- 87,1% dos cursos de mestrado e 89,2% dos de doutorado são oferecidos pelas universidades públicas;
- das 47.781 publicações por docentes de pós-graduação, 91,5% provêm de instituições públicas. Em publicações no exterior, são 94,7%;
- dos 144 projetos financiados pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) em que se identificaram impactos de natureza científica, social e econômica, 97,2% foram desenvolvidos em universidades e institutos de pesquisa públicos.

Os resultados da última avaliação dos cursos de pós-graduação pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), divulgados recentemente, reforçam o quadro exposto acima. Dados da mesma natureza estão disponíveis no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (www.inep.gov.br), sob o título “Resultados e Tendências da Educação Superior no Brasil”. Ou no informe publicitário do Ministério da Educação (MEC) publicado nos últimos dias em alguns dos principais jornais brasileiros. Até aqui nenhuma novidade!

Qualidade ameaçada

Outros dados mostram, porém, que o crescimento em quantidade e qualidade ocorrido nas Ifes é fruto principalmente do esforço das comunidades dessas instituições, muitas vezes resultante de imenso sacrifício de seus quadros docente e técnico-administrativo. Tomemos a UFSCar como exemplo, comparando informações de 1991 com as de 2001.

Ano	Docentes	Funcionários	Cursos de graduação	Nº de alunos na graduação	Cursos de pós-graduação	Alunos de pós-graduação
1991	512	909	16	2.747	19	691
2001	544	733	27	5.501	29	1.500

O quadro acima permite uma visão concreta do déficit gerado pela não contratação de docentes e técnico-administrativos nos últimos anos, déficit este que pode ser estendido à maioria das Ifes e que resulta em sérios riscos de perda de qualidade. Até mesmo as instituições que no início do processo não atuavam no limite de suas capacidades já começam a ser ameaçadas pelo descaso com que o governo federal vêm tratando suas reivindicações e de seus docentes e funcionários.

Aqui vale destacar o esforço do governo federal, por meio do Ministério de Ciência e Tecnologia, de ampliar significativamente o financiamento à pesquisa científica e tecnológica. Porém, dada a inexistência de contrapartida do MEC, tal esforço poderá ser comprometido pela impossibilidade de fazer frente a diferentes necessidades decorrentes das atividades de pesquisa, tais como a reposição dos quadros docente e técnico-administrativo.

É fato que, desde 1995, aproximadamente 11 mil concursos para preenchimento de vagas docentes foram autorizados. Tais concursos, porém, não implicaram em ampliação dos quadros das universidades, uma vez que grande parte das contratações veio somente repor as vagas deixadas por professores que se aposentaram, faleceram ou deixaram a universidade por quaisquer outros motivos. Conforme exposto em manifesto recente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), seriam necessários 8 mil outros concursos para que o quadro se equiparasse ao de 1996. O mesmo manifesto mostra que, no caso dos servidores técnico-administrativos, o déficit é de 20 mil vagas.

Corrosão salarial e escassez de recursos

Passemos agora para a discussão dos salários. Em 2000, a greve dos servidores técnico-administrativos foi finalizada em função de acordos que previam a criação de uma nova gratificação e a alocação de 100 milhões de reais, a partir de janeiro de 2001, para todas as Ifes, a título de plano de saúde para seus servidores. Essas medidas nunca foram implantadas e, em 2001, a proposta de gratificação foi alterada, resultando em aumento insignificante e, concomitantemente, em exclusão de gratificação anterior. Embora estejam sendo divulgadas porcentagens de aumento consideradas exorbitantes, não é esclarecido que tais porcentagens são calculadas em relação aos salários-base. Para um técnico-administrativo de nível superior em fim de carreira, esse salário é de R\$ 644,89. Para um professor titular com dedicação exclusiva é de R\$ 1.219,00. Além disso, essas gratificações não são incorporadas aos salários, o que gera uma situação de incerteza e insegurança com relação ao seu pagamento.

Quanto ao corpo docente, o valor máximo possível de "aumento salarial" de 62,5%, resultante da criação da GED (Gratificação de Estímulo à Docência), é também inferior às perdas salariais do período. Além disso, tomando como exemplo professores auxiliares em regime de dedicação exclusiva, a GED representou um incremento de até 34,03%, sendo que, por se tratar de gratificação variável, muitas recebem bem menos que isso. Já os aposentados são discriminados com apenas 60% da gratificação. Há também um teto de gastos com a gratificação estabelecido para as Ifes, o que pode gerar reduções dos valores recebidos. Isto

sem contar os danos gerados em termos de fragmentação e diferenciação dos docentes, ao se impor critérios de produtividade sobre as políticas acadêmicas construídas pelas instituições.

Por fim, falemos do orçamento de manutenção das universidades que, embora tenha sido ampliado, não acompanhou a inflação e a expansão ocorrida nas Ifes. Segundo o informe do MEC, o volume de recursos públicos postos à disposição das universidades federais aumentou de R\$ 5,7 bilhões em 1995 para R\$ 7,4 bilhões em 2000. Aplicando-se o índice mais baixo de inflação calculado para o período - 58,22% (IPC-FIPE) verifica-se que, em 2000, nada menos que R\$ 9 bilhões deveriam ter sido aplicados para que fosse mantido o mesmo nível de 1995. Essa redução do valor real destinado às Ifes faz com que hoje elas dependam da aprovação de emendas no Congresso Nacional para garantir suas atividades. Além disso, os investimentos em infra-estrutura têm diminuído paulatinamente, pois os recursos necessários, além de terem decrescido em termos reais, estão cada vez mais comprometidos com o pagamento de atividades essenciais antes desenvolvidas por pessoal pago pela União - em especial vigilância e limpeza, terceirizadas em função da não reposição dos quadros.

Em 1996, foi instituído o Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Ifes e Hospitais Universitários. Na UFSCar foram entregues, após cinco anos, apenas 12 dos 2.503 itens originalmente solicitados (que se reduziram a 1.210 e ainda estão sujeitos a cortes). Importante também foi a criação do Fundo de Apoio à Infra-Estrutura Geral de Pesquisa, cujos resultados do primeiro edital foram divulgados recentemente. Porém, o longo período de deterioração da infra-estrutura fez com que os recursos disponíveis se tornassem ínfimos perante a demanda estabelecida, o que ocasionou uma pulverização dos investimentos. Tal pulverização resulta em investimentos localizados que acabam não permitindo a solução global dos problemas encontrados. Na área da informática, os investimentos anunciados também ficam muito aquém da real necessidade de modernização de equipamentos e softwares. Não foram oferecidas, além disso, condições razoáveis de manutenção, o que faz com que hoje boa parte do material esteja obsoleta ou inutilizada.

O dinamismo da comunidade na defesa da universidade pública

A indignação geral com o atual estado de coisas - desestimulador, deletério e corrosivo - extravasou no atual movimento grevista, que assumiu proporções jamais vistas porque reflete sobretudo um sentimento de que se atingiu o patamar inferior de condições que viabilizam minimamente a instituição universitária de qualidade. Não há como negar que a greve traz sérios prejuízos às atividades de ensino, pesquisa e extensão das universidades. Entretanto, ela não é mais prejudicial do que o tratamento a que vêm sendo submetidas as instituições públicas de ensino superior brasileiras.

Os governos passam e as universidades públicas devem permanecer como instituições do Estado brasileiro, com a missão precípua de ofertar a formação e a produção cultural e científica necessária à soberania e à emancipação nacionais.

São Carlos, 28 de setembro de 2001